



# DIÁRIO OFICIAL

## da Câmara

República Federativa do Brasil  
Estado do Pará - Belém

CIRCULAÇÃO: 11, 12, 13, 14 e 15 de julho de 2016.

ANO XXXIII Nº 1690

### CÂMARA MUNICIPAL DE BELÉM

#### MESA DIRETORA

**ORLANDO REIS PANTOJA**  
Presidente - PSB

**JOSÉ ANTONIO COELHO DA ROCHA**  
1º Vice-Presidente - PRB

**RAUL BATISTA DE SOUZA**  
2º Vice-Presidente - Líder do PRB

**VICTOR HUGO MOREIRA DA CUNHA JÚNIOR**  
1º Secretário - PTB

**MARIA EDUARDA ROCHA NASCIMENTO**  
2ª Secretária - PPS

**MAURO CRISTIANO FREITAS**  
3º Secretário - PSDC

**GLEISSON OLIVEIRA DA SILVA**  
4º Secretário - PSB

#### VEREADORES

##### BLOCO PP / Solidariedade / PSC

**Solidariedade** JOSÉ WILSON COSTA ARAÚJO  
JOSIAS DA SILVA HIGINO

**PSC** JOSÉ MARIA DE SOUZA DINELY  
MOACIR IRAN NASCIMENTO MORAES

##### BLOCO PT / PCdôB

**PT** AMAURY DE SOUZA FILHO - Líder  
IVANISE COELHO GASPARIM

**PCdôB** MOACIR IRAN NASCIMENTO MORAES FILHO  
SANDRA MARIA CAMINHA FONSECA

##### BLOCO PTB / PR

**PTB** PAULO EDUARDO MAESTRI BENGTON

##### BLOCO PSDB / PSD / DEM / PSB

**PSDB** NEHEMIAS GUEDES VALENTIM - Líder

**DEM** PAULO ALBERTO SANTOS DE QUEIROZ  
ABEL DA CRUZ LOUREIRO

##### BLOCO PMDB / PHS

**PHS** IGOR WANDER CENTENO NORMANDO - Líder

**PMDB** JOHN WAYNE HOLANDA PARENTE  
LUIZ DA CRUZ PEREIRA

##### BANCADAS

**PSOL** MARINOR JORGE BRITO - Líder  
FERNANDO ANTONIO M. CARNEIRO  
FRANCISCO ANTONIO G. ALMEIDA

**PTdoB** ELENILSON JOSÉ SANTOS DA COSTA - Líder  
MIGUEL DE JESUS PANTOJA RODRIGUES  
RILDO DE OLIVEIRA PESSOA

**PPS** VANDICK JOSÉ DE OLIVEIRA LIMA - Líder  
WELLINGTON PROGÊNIO MAGALHÃES

**PDT** HENRIQUE DE CAMPOS SOARES JÚNIOR - Líder

**PRP** MARGARIDA COSTA PARENTE BARROS - Líder

**PSDC** PIO MENEZES VEIGA NETTO - Líder

**PSTU** JOSÉ CLEBER BARROS RABELO - Líder

**PTN** JOSÉ LUIS ELIAS DE ALMEIDA - Líder

#### ATO Nº 0512/2016, DE 02 DE MAIO DE 2016.

A COMISSÃO EXECUTIVA DA CÂMARA MUNICIPAL DE BELÉM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno e, CONSIDERANDO disposto no Art. 80, § 1º, Inciso XII e Art. 81, da Lei nº 7.502, de 20/12/90 - Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Belém, sobre concessão automática de Adicional por Tempo de Serviço, na base de 60% ao servidor que completar 34 anos de tempo de serviço;

#### RESOLVE:

CONCEDER aos servidores deste Poder, pertencentes ao Quadro PERMANENTE, abaixo relacionados, gratificação adicional na base de mais 5% (CINCO POR CENTO), passando a perceber 60% (SESENTA POR CENTO) de suas respectivas remunerações, a partir de maio/2016:

Nome do Servidor	Matrícula	Gr. Func./Cargo
Ana Luzia Ferreira	0143472	GAU - Ref. A

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

CÂMARA MUNICIPAL DE BELÉM, 02 DE MAIO DE 2016.

**Ver. ORLANDO REIS PANTOJA**

Presidente

**Ver. VICTOR CUNHA**  
1º Secretário

**Ver.ª EDUARDA LOUCHARD**  
1ª Secretária

#### ATO Nº 0502/2016, DE 02 DE MAIO DE 2016.

A COMISSÃO EXECUTIVA DA CÂMARA MUNICIPAL DE BELÉM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno,

#### RESOLVE:

CONCEDER, nos termos do Art. 93, Inciso X, combinado com o Art. 114, da Lei nº 7.502, de 20/12/90, 30 (TRINTA) dias (RESTANTES) de licença prêmio à servidora SYLVANA DO SOCORRO NOGUEIRA DE ARAÚJO, pertencente ao Grupo Nível Médio - Ref. A, do Quadro PERMANENTE, durante o período de 02/05/2016 a 31/05/2016, correspondente ao 9º triênio (2007-2010) de serviços prestados à Câmara Municipal de Belém, conforme deferimento constante do Processo nº 331/2011.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

CÂMARA MUNICIPAL DE BELÉM, 02 DE MAIO DE 2016.

**Ver. ORLANDO REIS PANTOJA**

Presidente

**Ver. VICTOR CUNHA**  
1º Secretário

**Ver.ª EDUARDA LOUCHARD**  
1ª Secretária

#### ATO Nº 0503/2016, DE 02 DE MAIO DE 2016.

A COMISSÃO EXECUTIVA DA CÂMARA MUNICIPAL DE BELÉM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno,

#### RESOLVE:

CONCEDER, nos termos do Art. 93, Inciso X, combinado com o Art. 114, da Lei nº 7.502, de 20/12/90, 30 (TRINTA) dias (RESTANTES) de licença prêmio à servidora ELISA BRONZE CORRÊA, pertencente ao Grupo Nível Médio - Ref. A, do Quadro PERMANENTE, durante o período de 02/05/2016 a 31/05/2016, correspondente ao 7º triênio (2004-2007) de serviços prestados à Câmara Municipal de Belém, conforme deferimento constante do Processo nº 069/2009.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

CÂMARA MUNICIPAL DE BELÉM, EM 02 DE MAIO DE 2016.

**Ver. ORLANDO REIS PANTOJA**

Presidente

**Ver. VICTOR CUNHA**  
1º Secretário

**Ver.ª EDUARDA LOUCHARD**  
2ª Secretária

# DIÁRIO OFICIAL

DA CÂMARA MUNICIPAL DE BELÉM

Sede: Palácio "Vereador Augusto Meira Filho"  
End.: Travessa Curuzu, nº 1755 - Marco  
CEP: 66093-802 Belém - Pará  
Homepage: www.cmb.pa.gov.br  
Editado: Divisão de Comunicação Social - CMB  
Responsável: Enio Cesar Costa Sampaio - Chefe DICOS  
Registro nº 972 - DRT/PA.  
Impresso: Setor de Imprensa Oficial - CMB  
Responsável: Paulo Artur Neves - Chefe SIOF

## AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL

A Comissão de Licitação da Câmara Municipal de Belém vem tornar público, através de seu pregoeiro o **adiamento** da Licitação na Modalidade Pregão Presencial nº 005/2016, conforme abaixo:

**Tipo:** Menor Preço Global

**Objeto:** Contratação de empresa especializada e tecnicamente capacitada em serviço de informática para **LOCAÇÃO** e **MANUTENÇÃO** mensal legal, corretiva, adaptativa e evolutiva de Sistema de Informações Governamentais, nos Módulos de Contabilidade Pública nos moldes do NBCASP - Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, Orçamento Público, incluindo o Módulo do Planejamento (PPA - Plano Plurianual, LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias e LOA - Lei Orçamentária Anual); Monitoramento e Avaliação; Controle de Tesouraria, Compras e Controle de Processo Licitatório, Integração e Prestação de Contas com o Tribunal de Contas dos Municípios e Portal da Transparência, Controle do Patrimônio Público, conforme especificações, condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência - Anexo I, deste Edital.

**Processo Administrativo:** 445/2016

**Abertura:** 13/07/2016 (Quarta-feira), às 10h00m.

**Local:** Trav. Curuzu, nº 1755, 2º Andar, Bairro do Marco - Sala da Diretoria Administrativa e Financeira.

Conforme prevê o Edital, em sua cláusula 18 e subitem 18.3, será marcada nova data com nova publicação.

Belém (PA), 11 de julho de 2016.

**RODIMAR MANITO SANTOS** - Pregoeiro

### "ATA DA TERCEIRA SESSÃO ESPECIAL DO PRIMEIRO PERÍODO DA QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA DA DÉCIMA SÉTIMA LEGISLATURA EM CARÁTER DE HOMENAGEM AO DIA MUNICIPAL DA UMBANDA E DOS CULTOS AFRO-BRASILEIROS, REALIZADA A PEDIDO DA VEREADORA MARINOR BRITO"

Aos dezoito dias do mês de março do ano de dois mil e dezesseis às nove horas e trinta minutos, na Câmara Municipal de Belém, teve início esta sessão especial sob a presidência da senhora vereadora Marinor Brito. Além desta, compuseram a Mesa: Mãe Inez Rodrigues, sacerdotisa da umbanda; Gaiaku Jokolosy, sacerdotisa do Templo Fundere Oya Jokolosy; Odete Monteiro Rodrigues - Mam'eto Nangetu, sacerdotisa do Terreiro Mansu Nangetu, representante do Comitê Nacional de Respeito à Diversidade Religiosa da Secretaria dos Direitos Humanos; Byany Sanches, Gerente de Promoção da Igualdade Racial da Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos do Pará - SEJUDH; Alex Barata da Silva, coordenador de comunicação do Comitê Inter-Religioso do Pará - CIEPA; Tata Kinanboji, Conselheiro do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial do Ministério das Mulheres Igualdade Racial e Direitos Humanos; Luciano Teixeira, Pai Obaita, representante da ONG Atitude Afro; Dr. Jorge Farias, presidente da Comissão de Defesa da Igualdade Racial e Etnia da OAB - Pará; Edson Barbosa Catendê, babalorixá, e a professora doutora Marilena Loureiro, coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Meio Ambiente (GEAM) do

Instituto de Ciências da Educação (ICED) da UFPA. Composta a Mesa, assumiu a palavra a vereadora Marinor Brito, que declarou aberta a sessão e afirmou estar muito honrada e feliz pela realização, por mais um ano, desta homenagem ao Dia Municipal da Umbanda e dos Cultos Afro-Brasileiros, criado pela Lei Municipal nº 8272, de 14 de outubro de 2003, de autoria do ex-vereador Ildo Terra, e sancionada pelo então prefeito Edmilson Rodrigues. Ressaltou que esta lei foi construída pelo esforço do movimento afrorreligioso em Belém. Ponderou que a CMB é regida primeiramente pela Constituição Federal que estabelece o livre direito à escolha religiosa e a laicidade do Estado Brasileiro. Entretanto, havia posturas muito conservadoras, desrespeitosas e reacionárias na Câmara Municipal de Belém quanto aos cultos afrorreligiosos. Considerou que atualmente, após uma longa caminhada, há na CMB a atitude de não tentar obstruir ou de concordar com as demandas do segmento pelo respeito que os outros vereadores têm à forma firme como essas demandas são defendidas no parlamento municipal. Assim, pela terceira vez consecutiva, esta sessão comemorativa foi aprovada por unanimidade, o que demonstra que os outros segmentos religiosos - em especial os evangélicos, fortemente organizados - não criam mais empecilho, como outrora, às solicitações das religiões de matriz africana. Aditou que outra dificuldade a ser superada é a adesão e apoio de outros vereadores às reivindicações do setor no dia-a-dia da atividade parlamentar, pois hoje são poucos que o fazem. Observou que ainda há muita discriminação com os terreiros, em suas vizinhanças. Há muita discriminação nos espaços públicos, nas praças, em relação à colocação de oferendas. Diante disso, asseverou que não tem deixado de agir com firmeza perante as autoridades. Expressou que, depois de muita luta, obteve-se a substituição do comandante da Guarda Municipal por assédio moral, postura autoritária e orientações de autoritarismo aos seus comandados. Informou que grande parte das denúncias que recebe de Pais e Mães de Santo refere-se ao comportamento preconceituoso, de perseguição, por parte de agentes públicos, guardas municipais, quanto à colocação das oferendas. Relatou ter tido recentemente uma audiência com o novo comandante e que terá outra à tarde, neste dia, sendo que entre os itens da pauta estão a perseguição aos negros, ao povo do *hip hop* e às culturas de rua quando ocupam as praças, além das reivindicações históricas do segmento afrorreligioso. Lamentou que na Assembleia Legislativa Estadual não haja um parlamentar que o represente desde a saída de Araceli Lemos (atual presidente do PSOL) daquela Casa, autora da lei que criou o Dia Estadual da Umbanda e dos Cultos Afro-Brasileiros (Lei nº 6639, de 14/04/2004). Fez o registro da luta de Dona Rosa Viveiros, a Mãe Doça, também conhecida como Nochê Navanakoly, que em 1891, apenas três anos após a abolição da escravatura, enfrentou o preconceito e o racismo e fundou o seu Terreiro de Tambor de Mina na capital paraense. Foi presa inúmeras vezes, mas nunca desistiu e se tornou o símbolo de resistência das religiões de matriz africana no Pará. Em sua homenagem o dia dezoito de março tornou-se o Dia Municipal e Estadual da Umbanda e das Religiões Afro-Brasileiras. Informou também sobre a aprovação, no ano passado, da lei que torna o Festival de Iemanjá Patrimônio Cultural e Imaterial do Município de Belém (Lei Municipal nº 9148, de 11/09/2015), projeto que teve a honra de assinar e defender na tribuna desta Casa. Assumiu então a palavra o Sr. Dr. Jorge Farias e expressou que, em 2016, a Comissão de Defesa da Igualdade Racial e Etnia intensificará a luta contra o racismo e a intolerância religiosa, em parceria com o Fórum Afro Atitude. Ponderou que apesar de todas as leis, da Constituição Federal e do Estatuto da Igualdade Racial, ainda vivenciamos perseguições aos terreiros, muita incompreensão e discriminação contra as religiões de matriz africana. Diante disso, pôs à disposição das vítimas desse tipo de violência e desrespeito o sistema de comissões e o apoio jurídico da OAB para garantir a liberdade de realização dos cultos e a equidade destas manifestações religiosas em relação às outras religiões de nossa sociedade. Assumiu a tribuna então o babalorixá Edson Katendê que deu destaque à ausência dos vereadores na sessão, embora todos tivessem sido avisados. Externou que o fato de "ser de terreiro" dá à pessoa muita calma porque ela é educada a fazer axé, realizar a troca das energias, de forma equilibrada e respeitosa, em casa, em uma dinâmica constante. Há a valorização da ancestralidade: aprende-se com os mais velhos e dá-se continuidade. Afirmou que um terreiro de candomblé ou um terreiro de umbanda são espaços em que tudo acontece: há a relação espiritual, corpo e espírito, e há a relação mental, um trabalho psicológico, como um hospital. É um conjunto de ações que ocorrem nesse espaço que faz com que aprendamos a lidar

com o dia-a-dia. É um espaço de acessibilidade onde as portas estão sempre abertas – quem bater à porta será bem recebido, será cuidado e bem tratado. Entretanto, lamentou, quando saem de casa encontram a intolerância, o racismo religioso, o desrespeito. Acrescentou que a África é o primeiro continente e os que são de matriz africana trazem essa essência que se traduz em vitalidade, energia, cuidado e ensinamentos que foram plantados pelos ancestrais. Expressou que lutam hoje para garantir a liberdade religiosa, o culto às suas divindades. Denunciou que sofrem, a todo momento, o racismo religioso. Quando colocam suas roupas, seus paramentos, alguns observam e criticam como se fossem de outro mundo, como se não fossem iguais às outras pessoas. Isso mexe com a dignidade. Comentou que o racismo tem um poder tão grande de aprisionar que, muitas vezes, terminam por conformar-se. Mas os tambores de África continuam tocando porque a luta é para garantir a liberdade de culto, a liberdade de ser e cultivar as divindades em que acreditam. A luta é árdua, mas se até agora não foram dizimados, não mais o serão porque estão aprendendo a usar as ferramentas que a própria mídia pôs à disposição. Defendeu que os afrorreligiosos têm que assumir sua religiosidade em qualquer lugar, porque ela os faz diferentes e capazes de enfrentar o racismo e a adversidade. Pronunciou-se posteriormente a Professora Marilena Loureiro que declarou ser preocupação do GEAM compor aproximações por meio de práticas dialógicas entre aquilo que é produzido nas instâncias das universidades e aquilo que é objeto de necessidade nas práticas sociais que estão na vida. Estabeleceu ser necessário à academia empreender uma troca de saberes com os sujeitos que constroem esses saberes em suas vidas. Convidou, em seguida, todos os presentes a participarem de um evento alusivo ao Dia Mundial das Águas, na próxima terça-feira 22 de abril, no auditório do Centro de Ciências Jurídicas, em que se tratará de estabelecer diálogos em torno da construção de uma vida sustentável em todas as suas dimensões, o que pressupõe respeito ao outro, à diversidade e às práticas religiosas. Tal ação significa para a Universidade uma saída daquela lógica separada da vida que produz uma ciência que não se relaciona com a problematização da vida. afirmou que o GEAM vem se relacionando com as práticas religiosas da umbanda já há bastante tempo em interação com a Associação Umbandista Mãe Dinair, com trabalho social na vila de Santo Antônio do Prata. Asseverou que esse diálogo é absolutamente necessário principalmente no momento atual, quando se afirma uma outra lógica, autoritária, com eclosão de violência. É preciso superar um possível retrocesso e isso só se dará a partir da construção do diálogo. Assumiu a palavra em seguida a senhora Gaiaku Jokolosy que expressou ser este um dia de resistência e que estava feliz pela presença do povo afrorreligioso. Declarou ser um dia de encontros porque muitos passam muito tempo sem se ver. Ponderou que já houve avanços, mas ainda há muitos desafios a enfrentar. Considerou que há muitos que têm medo de se apresentar, medo da repressão na rua, e isso preocupa, mas externou que isso vai passar. Disse que a presença do povo de umbanda a fazia feliz por ter sido umbandista durante 16 anos e que completará, neste ano, 40 anos de matriz africana. Exprimiu que já viu muitas coisas acontecerem às pessoas, mas hoje isso mudou e é preciso preservar os avanços obtidos comparecendo às manifestações e encontros. Conclamou então todos a comparecerem, neste dia, no Bar do Parque, Praça da República, para um encontro formal. Assumiu, em seguida, a tribuna a senhora Mam'eto Nangetu que disse ser um prazer imenso ver os irmãos presentes. Relembrou a luta para a instituição do Dia Municipal da Umbanda e dos Cultos Afro-Brasileiros e o quanto ouviu as pessoas dizerem "em nome de Jesus" para que não houvesse a data comemorativa. Agora, disse sentir-se preocupada pela presença de uma Bíblia na mesa da plenária, com receio de perder o direito de estar ali. Declarou que sua segurança está em jogo, a segurança de todos está em jogo, pois a situação é grave. Se não fosse grave os outros vereadores estariam presentes para ouvi-los. afirmou, porém, que não irão recuar porque já lutaram muito para estar ali, usando aquele microfone a que não tinham acesso antes. Argumentou que o país é laico e deve ser colocada em prática a laicidade. Julgou que o momento é grave e que todos têm que se unir, independentemente da tradição religiosa, porque juntos são fortes. Sustentou que a televisão reproduz a mentira: a mentira do rico contra o pobre, do negro contra o branco. Assumiu posteriormente a palavra o senhor Alex Barata da Silva que declarou ser evangélico, mas que o Deus em que acredita não discrimina. Explicou que o Comitê Inter-Religioso do qual faz parte é composto por pessoas de várias religiões, inclusive afrorreligiosos. Contou que sua convivência com a afrorreligiosidade vem desde a infância. Embora vindo de família

cristã, não foi ensinado a odiar os que têm crenças diferentes. Esclareceu que o Comitê Inter-Religioso do Pará sempre luta contra todos os preconceitos e que sabem que o maior preconceito sofrido pelos praticantes de religiões de matriz africana vem do Poder Público, citando a ação dos guardas municipais que chutam os alguidares de oferendas colocados em lugares públicos. Explicitou que em sua igreja há mais diabos que entre os praticantes da afrorreligiosidade porque há mais pessoas intolerantes e preconceituosas e, na verdade, satanás é aquele que separa, discrimina e segrega. Estimou que os afrorreligiosos, embora pertençam a tradições diferentes, são bastante unidos, enquanto que na sua tradição há pessoas que usam a palavra de Deus para justificar os preconceitos que têm e não possuem nenhum espírito de solidariedade. Pronunciou-se posteriormente o vereador Fernando Carneiro que ponderou que os anos passam, mas alguns preconceitos permanecem. As pessoas são discriminadas, segregadas e até mortas por sua orientação sexual ou opção religiosa. Declarou que não se busca apenas a tolerância porque não se quer apenas ser tolerado, o que se quer é ser aceito como diferente e respeitado. afirmou que vivemos um momento na sociedade brasileira em que há polarização, como se houvesse apenas duas posições, uma dicotomia. Exprimiu que há muito mais variações e precisamos conquistar isso. As várias liberdades (de culto, de opção sexual), a democracia, não serão ofertadas a nós, elas precisam ser conquistadas. Por isso, eventos como este são muito importantes. Avaliou que, considerando a matriz religiosa, a maior bancada na CMB é evangélica. Sustentou que o fato de ser ateu o faz, às vezes, ser mais discriminado ainda. afirmou que muitas pessoas querem que a sua religião seja respeitada, mas não querem respeitar a religiosidade do outro. Argumentou que uma nova sociedade só será construída com a exigência de respeito às diferenças. Asseverou que a luta pelo respeito às religiões de matriz africana é a luta para resgatar a humanidade, tão difícil hoje em dia em nossa sociedade. Assumiu a palavra, em seguida, Mãe Inez Rodrigues, que afirmou estar feliz pelo dia, mas também estava triste pela ausência dos vereadores na sessão. Deixou então o seu repúdio e questionou a razão dessa ausência porque os vereadores, apesar de pertencerem a outras religiões, exercem uma função pública e deveriam estar presentes para ouvi-los. Expressou-se, a seguir, o senhor Luciano Teixeira que defendeu a ocupação dos espaços institucionais visando à criação de políticas públicas que permitam a inclusão social dos praticantes de religiões de matriz africana. Agradeceu, em nome do movimento Atitude Afro, às pessoas da umbanda, do ketu, do nagô, do tambor de mina. Deixou registrado também o seu repúdio pela ausência dos demais vereadores à sessão porque são representantes do povo e deveriam estar ali para ouvir suas demandas, que são muitas. Daí, continuou, advém a necessidade de ocupar os espaços institucionais para viabilizar a inclusão social e garantir direitos. Aditou que é muito difícil ser afrorreligioso, negro e homossexual devido à discriminação e ao preconceito. É necessário que adquiram visibilidade e mostrem que existem de fato. Acrescentou que o movimento Atitude Afro surgiu a partir da violência sofrida por um irmão, que teve os seus direitos violados. Surgiu a partir da indignação, como uma forma de dizer não ao preconceito, não à intolerância religiosa. Convidou, então, todos a dele fazerem parte e afirmou que juntos são mais fortes. Acrescentou que a presença de todos na CMB neste dia diz ao Poder Público que existem e que querem seus direitos respeitados. Confessou que no início tinha vergonha de dizer que era afrorreligioso devido ao preconceito, mas hoje tem orgulho de dizer que é negro e afrorreligioso e exige respeito. A professora Marilena Loureiro informou então sobre o lançamento do programa de extensão Universidade em Diálogos Sustentáveis, envolvendo o GEAM e a reitoria da UFPA, que propõe de criação de um bosque na universidade para práticas inter-religiosas, com a tradução de como essas religiões se relacionam com a natureza, com plantio de ervas e outras atividades. Adicionou que a ideia é destinar ao coletivo representado pelos participantes da sessão a condução disso junto à UFPA. Isso se daria a partir da participação das pessoas presentes no evento por ela anunciado anteriormente, quando seria lançado o referido programa. Pronunciou-se posteriormente a senhora Byany Sanches que declarou estar à frente de um instrumento, a Gerência de Promoção da Igualdade Racial da SEJUDH, que tem a responsabilidade de tratar das políticas de ações afirmativas para a população negra, o que é uma tarefa árdua. Disse que o racismo institucional trava muita coisa e ainda não é fácil dizer a uma sociedade racista, homofóbica e transfóbica quem somos, mas é muito honroso ouvir as pessoas dizerem que o movimento afrorreligioso no Estado do Pará é organizado e reconhecido.



Afirmou que já se andou um pouquinho, mas ainda é preciso galgar muito por conta dessa autoafirmação. Sustentou que esta sessão especial só vem consolidar uma coisa: os inimigos não estão entre nós, estão lá fora. Acresceu que os afroreligiosos sofrem a mesma intolerância e discriminação e cada 18 de março serve como mais um degrau acima na luta contra o preconceito. Ponderou que há maturidade quando se superam pequenas divergências em nome de um projeto maior de rompimento com a prática discriminatória racista que mata e alija todos os dias em qualquer espaço em que estejam. Declarou que superam isso quando se levantam, falam não e apresentam seus atabaques, suas indumentárias, suas mantas, seu axé e sua energia. Garantiu que não sabem ainda o poder que têm porque quando se unirem certamente terão bancadas afroreligiosas dizendo não à qualquer prática discriminatória. Assumiu a palavra, em seguida, o senhor Tata Kinamboji que afirmou a necessidade de defesa do Estado laico e o estabelecimento da denominação de povo tradicional de matriz africana para designar os afroreligiosos por conta dos marcos legais. Defendeu também a designação "racismo religioso" para o que deve ser combatido, uma vez que o racismo no Brasil é crime inafiançável e o termo "intolerância" sequer consta no Código Penal. Quando se diz "povo tradicional de matriz africana" pode-se recorrer à Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) da qual o Brasil é signatário, mas o Estado Brasileiro não tem nenhum tratado internacional que fale de intolerância religiosa. Povo tradicional, segundo a referida convenção, são pessoas que têm uma organização social própria, uma hierarquia social própria, uma língua, uma cultura e uma tradição diferenciadas do restante da sociedade. Avaliou que os afroreligiosos possuem todos esses atributos e quando se fala em tradição, o aspecto religioso está presente. Desse modo, compromete-se o Estado com crimes internacionais da preservação da tradição. Com relação à preservação da tradição, alertou para a falta de continuidade dos terreiros e, exemplificando, perguntou: onde é o terreiro de Mãe Doca? Observou que, na grande maioria dos casos, com a morte do Pai ou Mãe de Santo o terreiro fecha e não há políticas públicas para continuidade dessas tradições. Acrescentou que são pouquíssimos os terreiros que subsistem até a terceira ou quarta geração no mesmo espaço. Especulou que a falta de continuidade deve-se à ausência de políticas públicas para que se cumpram os tratados internacionais e se respeitem os marcos legais que beneficiam os afroreligiosos. Isso também cria um processo de violência contra estes. Voltou-se então para a participação política e a defesa da democracia. Informou que em dois momentos fizeram queixas ao Ministério Público Federal: quando houve a criação da milícia Guerreiros do Altar (da Igreja Universal do Reino de Deus) e por conta do racismo cultural e institucional perpetrado pela Prefeitura de Belém, em doze de janeiro deste ano (durante as comemorações dos 400 anos da cidade). O Ministério Público fora acionado anteriormente na denúncia da série de assassinatos de Pais e Mães de Santo no país. No entanto, não estava presente na sessão, assim como a maioria dos vereadores. Considerou que isso ocorre porque os afroreligiosos abrem mão da participação nesses espaços de poder. Há a participação destes nas instâncias de diálogo e de controle social, mas é preciso demonstrar força política e eleger seus representantes para ocupar os espaços de poder e não somente cargos que são concedidos mediante a fidelidade partidária e fidelidade à ideologia do patrão. Considerou que, enquanto assim for, não haverá a defesa de políticas públicas contra a violência que sofrem. Haverá sim a continuidade da política do boi avançando sobre as terras de quilombos (com o avanço do agronegócio), a política da bala contra a juventude negra da periferia e a política da Bíblia avançando contra as tradições afroreligiosas. Expressou que, ao ocupar cargos de governo, é preciso defender os próprios interesses e não o interesse do patrão. Lembrou, por fim, a história do Grão-Pará e o episódio do Brigue Palhaço, quando todos os que morreram eram negros e todos morreram gritando "Viva o Rei do Congo!". Assumindo a palavra, a vereadora Marinor Brito, presidente, disse que tomará as medidas cabíveis quanto às denúncias feitas durante a sessão. Realizará também uma audiência pública na primeira quinzena de maio para denunciar a violência e o desrespeito aos direitos dos afroreligiosos - quando todos poderão se pronunciar - exigindo a presença do Ministério Público Estadual e do Ministério Público Federal. Fez-se então a cerimônia de entrega de diplomas e homenagens e em seguida foi realizado um coquetel, com música e cânticos, finalizando a sessão. E eu, segunda secretária, lavei a presente Ata, que depois de aprovada, será assinada pela Mesa Executiva da Câmara Municipal de Belém. Salão Plenário Vereador

Lameira Bittencourt, no Palácio Augusto Meira Filho, em 18 de março de 2016.

**Ver. ORLANDO REIS PANTOJA**

Presidente

**Ver. VICTOR CUNHA**  
1º Secretário

**Ver.ª EDUARDA LOUCHARD**  
2ª Secretária

**ATO Nº 0491/2016, DE 01 DE MAIO DE 2016.**

A COMISSÃO EXECUTIVA DA CÂMARA MUNICIPAL DE BELÉM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno e,

CONSIDERANDO disposto no Art. 62, Inciso II, alínea "d", da Lei nº 7.502, de 20/12/90, regulamentado pelo Ato nº 0136/2012, de 02/01/2012, que legitimou a concessão de Gratificação por Regime Especial de Trabalho a servidores que estejam efetivamente prestando serviços e trabalhos técnicos de interesse do Poder;

CONSIDERANDO que WALDEMIR PEREIRA MARQUES JÚNIOR está exercendo atividades que implicam no assessoramento às Comissões Permanentes ou Temporárias,

**R E S O L V E:**

ATRIBUIR ao servidor WALDEMIR PEREIRA MARQUES JÚNIOR, ocupante do Cargo em Comissão "Chefe da Assessoria Militar - CMB-DAS-ASS-200.02", Gratificação no percentual de 65% (SESSENTA E CINCO POR CENTO) calculado sobre o vencimento-base do Cargo Grupo Nível Superior - Ref. U, do Quadro de Pessoal deste Poder Legislativo, disposto no Anexo I, da Resolução nº 067/2011, de 07/12/2011, a partir de maio/2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

CÂMARA MUNICIPAL DE BELÉM, EM 01 DE MAIO DE 2016.

**Ver. ORLANDO REIS PANTOJA**

Presidente

**Ver. VICTOR CUNHA**  
1º Secretário

**Ver.ª EDUARDA LOUCHARD**  
1ª Secretária

**ATO Nº 0498/2016, DE 01 DE MAIO DE 2016.**

A COMISSÃO EXECUTIVA DA CÂMARA MUNICIPAL DE BELÉM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno,

**R E S O L V E:**

EXONERAR, nos termos do Art. 44, Parágrafo Único, Inciso I, da Lei nº 7.502, de 20/12/90, os servidores abaixo relacionados, ocupantes de Cargos Comissionados do Gabinete do Vereador JOHN WAYNE, com efeitos a partir de 01/05/2016:

**SECRETÁRIO LEGISLATIVO**

**NÍVEL 06**

AFONSO SALES DE JESUS JÚNIOR  
AUGUSTO CLÓVIS BARATA PIRES  
CHARLES PATRICK ROSÁRIO DE OLIVEIRA  
CLÁUDIA DO SOCORRO DA SILVA DE LIMA  
CONCEIÇÃO ARRUDA DA SILVA  
DEUSELIA MAIA MARTINS  
EDILENA DE NAZARÉ AMORIM RABELO  
EDNO WILSON DE CASTRO ALMEIDA  
JOELSON REIS DOS SANTOS  
JOSÉ MARIA CUNHA  
LUANA NASCIMENTO DUARTE  
LUIZ FERNANDO LISBOA  
MANOEL CORREA MANCIO  
MANOEL PEREIRA DA CRUZ NETO  
NATHALYA DE SÁ DA SILVA  
PABLO AUGUSTO PEREIRA PIRES  
RENATA DE CASTRO VALENTE  
RODOLFO BENSON BARBOSA FAVACHO

**NÍVEL 07**

EVELLYN JUDITH CHAVE SPINHEIRO  
MARIA ONEIDE MAIA DE ANDRADE

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

CÂMARA MUNICIPAL DE BELÉM, EM 01 DE MAIO DE 2016.

**Ver. ORLANDO REIS PANTOJA**

Presidente

**Ver. VICTOR CUNHA**  
1º Secretário

**Ver.ª EDUARDA LOUCHARD**  
1ª Secretária